

**PROCESSO** - A. I. Nº 206900.0015/17-0  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDA** - PEPSICO DO BRASIL LTDA  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 6ª JJF nº 0003-06/19  
**ORIGEM** - IFEP – DAT/NORTE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 23/08/2019

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0228-12/19

**EMENTA:** ICMS. BENEFÍCIO FISCAL PROGRAMA DESENVOLVE. FALTA DE PAGAMENTO NO PRAZO REGULAMENTAR DA PARCELA NÃO SUJEITA À DILAÇÃO. PERDA DO DIREITO AO BENEFÍCIO. Contribuinte demonstrou nos autos que recolheu a parcela do ICMS não sujeita à dilação no prazo regulamentar. Acusação afastada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso de ofício **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos de Recurso de Ofício interpostos pela 6ª Junta de Julgamento Fiscal (JJF) deste Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF) em face do Acórdão nº 0003-06/19, de sua própria lavra, que concluíra em 22/01/2019 pela total improcedência da autuação, acolhendo a tese do autuado de que recolheu correta e tempestivamente a parcela não sujeita à dilação no âmbito do DESENVOLVE. Com isso, houve desoneração de R\$1.142.506,94 ao tempo da prolação da decisão (fl. 108).

A infração única de que cuida o Auto de Infração foi a seguinte:

*Infração 01 – 01.02.79: Falta de recolhimento, na data regulamentar, da parcela do ICMS não sujeita à dilação de prazo, de acordo com o previsto no Art. 18 do Decreto nº 8.205, de 03/04/2002.*

*O contribuinte habilitado ao benefício do programa Desenvolve deixou de recolher no prazo regulamentar a parcela do ICMS não sujeita de prazo razão pela qual, perdeu ao direito do benefício no mês de dezembro de 2015 no valor de R\$ 504.821,04, conforme determina o artigo 18 do Decreto 8.205/02. O valor do crédito indevido está registrado no demonstrativo de “Registros Fiscais da Apuração do ICMS – Operações Próprias” da EFD – Escrita Fiscal Digital, em anexo.*

Foi apontado enquadramento legal no art. 38 da Lei nº 7.014/96 c/c art. 18 do Decreto nº 8.205, de 03/04/2002, aplicada multa prevista no art. 42, inciso II, alínea “f”, da Lei nº 7.014/96 (multa de 60% sobre o valor do tributo lançado).

Cientificado regularmente da lavratura do Auto de Infração em 10/10/2017, o autuado apresentou tempestivamente suas razões de impugnação às fls. 18 a 26, nas quais aduziu em síntese que a) a infração é improcedente porque recolheu tempestiva e adequadamente a parcela do ICMS não sujeita à dilação de prazo, no período de dez./2015, supostamente omitida, evidenciando-o com documentos e memória de cálculos; b) subsidiariamente, que houve desproporcionalidade na penalidade aplicada, postulando sua redução ou cancelamento.

Informação fiscal de fls. 87 a 91, em que os Autuantes rechaçam a alegação do contribuinte e mantêm a metodologia empregada, concluindo pela manutenção da autuação.

Em julgamento realizado em 22/01/2019 (fls. 103 a 106) a 6ª JJF rejeitou a argumentação dos Autuantes e julgou totalmente improcedente o Auto de Infração, sob os fundamentos a seguir transcritos:

### VOTO

*Verifico que constam no PAF a identificação do sujeito passivo, a descrição da infração, os dispositivos da legislação tributária infringidos, a tipificação da multa, a base de cálculo do imposto, alíquota e valor do ICMS*

*exigido. Todos os elementos que permitem ao impugnante o pleno exercício do seu direito de defesa, não se verificando nenhuma das hipóteses elencadas no art. 18 do RPAF.*

*Assim, estando o processo revestido das formalidades legais, anoto que o procedimento fiscal atende as normas regulamentares, não estando presentes nos autos qualquer dos motivos elencados nos incisos I a IV, do art. 18 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, e adentro à análise do mérito da autuação.*

*No mérito, constato que acusação imputada ao autuado foi em decorrência do mesmo ter realizado recolhimento a menos do ICMS, em razão da falta de pagamento em data regulamentar, da parcela não sujeita a dilação de prazo, perdendo o direito ao benefício em relação à parcela incentivada prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE.*

*Em sua defesa o autuado alega que a parcela não sujeita à dilação de prazo foi recolhida no prazo regulamentar e que existe na verdade um equívoco de interpretação por parte da fiscalização. Afirma em sua peça defensiva que o valor da parcela em comento, relativa a 10% (dez por cento) do SDPI, seria de R\$67.202,34 e que foi pago na data devida juntamente com a parcela referente ao imposto normal (R\$333.049,52), ambas recolhidas sob o código 0806, no valor total de (R\$400.251,86). Anexa, para demonstrar a veracidade da afirmação, demonstrativo da apuração (fls. 67 e 68), DAE e comprovante (fl. 21).*

*As razões de defesa não são aceitas pela fiscalização, que traz aos autos demonstrativos baseados na EFD do contribuinte. Tais demonstrativos indicam, no entendimento dos autuantes, ser de R\$60.482,10 o valor da parcela que deveria ser recolhida. Anexam cópia da consulta ao sistema INC para fazer prova de que, efetivamente, esse valor não foi recolhido.*

*Da análise dos dados acostados ao processo, entendo que assiste razão ao autuado em suas razões de defesa. Efetivamente a fiscalização parte de uma premissa equivocada na lavratura do presente AI.*

*Observe que o demonstrativo acostado aos autos pela empresa, fls. 67 e 68, bem como a cópia do relatório gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) com o registro de apuração do ICMS – operações próprias, acostado aos autos pela fiscalização à fl. 07, apontam o valor do apuração do SDPI, elaborada pelos autuantes com base no Decreto nº 8.205/02 e IN Nº 27/09, como valor lançado no c/corrente a título de dedução.*

*Anoto que esse citado valor (R\$604.821,04), constante no registro de apuração do ICMS – operações próprias como “valor total das deduções”, corresponde, efetivamente, à parcela do ICMS sujeita à dilação de prazo, ou seja, a 90% (noventa por cento) do SDPI, cujo montante conforme demonstra a empresa, fl. 68, foi de R\$672.023,38, e, por conseguinte, o contribuinte tem o prazo de até 72 (setenta e dois) meses para sua quitação sob o código 2167 (ICMS Programa DESENVOLVE).*

*Ponto que o valor equivalente a 10% (dez por cento) do SDPI – R\$67.202,34 - foi, de forma correta, recolhido pelo contribuinte sob o código 0806 (ICMS Regime Normal Indústria), juntamente com o valor correspondente à diferença entre o ICMS normal e o ICMS para o DESENVOLVE – R\$333.049,52.*

*Esclareço que o recolhimento do ICMS sob o código 2167, presente nas apurações dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016, cujas cópias foram anexadas pelos autuantes (fls. 92 a 97) para fazer prova do ilícito cometido, se trata, na verdade, do recolhimento de 10% do ICMS passível de dilação e não da parcela equivalente a 10% do SDPI, não passível de dilação, como identificado de forma equivocada pelos autuantes.*

*Os recolhimentos da parcela do ICMS dilatado (cod. 2167), efetuados pelo contribuinte, no caso concreto (jan/fev/mar/2016), no mesmo mês da ocorrência do fato gerador, garantiu o desconto de 90% (noventa por cento), conforme preconiza o art. 6º do Regulamento do DESENVOLVE, transcrito a seguir:*

*Art. 6º A liquidação antecipada da parcela do imposto cujo prazo tenha sido dilatado ensejará desconto de até 90% (noventa por cento), de acordo com a Tabela I, anexa.*

*Com relação ao valor de R\$ 60.482,10, que motivou a presente autuação, esse, conforme já referido, corresponde a 10% dos 90% do ICMS dilatado. Seria o valor a ser recolhido pela empresa, a título de quitação da parcela do ICMS dilatado, caso tivesse optado pelo pagamento antecipado da referida parcela no prazo previsto na Tabela I do Regulamento do DESENVOLVE, vigente à época, para aproveitamento do desconto de 90%.*

*Assim, diante do exposto, considero elidida a acusação de falta de recolhimento da parcela do imposto não sujeita à dilação de prazo e voto IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.*

Foi interposto Recurso de Ofício.

## VOTO

O recurso *ex-offício* é cabível e adequado (art. 169, inciso I, alínea “a” do Decreto nº 7.629, de

9.7.1999 em sua atual redação – RPAF), por isso dele conheço.

A questão presente, por primeiro, é de se avaliar se a metodologia empregada pelo Autuante quando da lavratura do Auto de Infração, e por ele defendida em sede de Informação Fiscal, contém mesmo o erro que apontou o sujeito passivo e restou evidenciado no acórdão recorrido.

Parece-nos que agiu com acerto o órgão julgador de primeiro grau. Seja na documentação produzida pela fiscalização, seja na documentação do contribuinte, está claro que todo o ICMS Normal apurado para o mês de dez/2015 atingiu o valor de R\$1.005.072,90 (Vn). Desse valor, R\$672.023,38 (Vd) está relacionado com o DESENVOLVE. Logo, o montante a recolher por não estar abrangido pelo DESENVOLVE, a parcela não incentivada, é o resultante da diferença entre esses dois valores:  $Vn - Vd = R\$333.049,52$ .

Ora, a parcela não sujeita à dilação de prazo equivale a 10% do valor do ICMS apurado no âmbito do DESENVOLVE, ou seja, equivale a  $Vd/10 = R\$67.202,34$  (Va). Nesse sentido, concilia-se perfeitamente o valor recolhido (DAE de fls. 71 e comprovante de pagamento de fl. 72) com o valor do ICMS a recolher para dez/2015, que é o resultado da soma entre o ICMS não incentivado (Vn) e a parcela não sujeita à dilação (Va).  $Vn + Va = R\$333.049,52 + R\$67.202,34 = R\$400.251,86$ .

Este valor, R\$400.251,86, foi corretamente recolhido sob o código “0806”.

Assim, o valor que deixou de ser recolhido até o dia 9 do mês seguinte, contrariando o comportamento do contribuinte nos períodos de janeiro, fevereiro e março de 2016, diz respeito não à parcela do DESENVOLVE não sujeita à dilação (Va), e sim à parcela passível de dilação e que poderia ser antecipada, com desconto (de até 90%, se pago no mês seguinte), segundo o art. 6º do Dec. 8.205/02. O que o evidencia, aliás, é o código “2167”. Para demonstrá-lo, basta multiplicar o Vd por 0,09 (10% dos 90%), encontrando o valor de R\$60.482,10, e este é exatamente o valor indicado nas planilhas, seja da fiscalização (entendendo ser o valor do ICMS incentivado, mas não sujeito à dilação de prazo), seja nas planilhas do contribuinte, como antecipação do saldo do DESENVOLVE.

Os números confirmam a tese do contribuinte, como muito bem esclarecido pelos julgadores de primeiro grau.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206900.0015/17-0** lavrado contra **PEPSICO DO BRASIL LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de julho de 2019.

MAURÍCIO SOUZA PASSOS – PRESIDENTE

HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA – RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE- REPR. DA PGE/PROFIS